

O Estado de S. Paulo

12/7/1986

Noticiário Geral

O CONFLITO DE LEME

Após ameaças, o patrocínio do choque

"Quem semeia ventos, colhe tempestades." Esse antigo ditado popular nunca foi tão atual para servir de meditação no episódio de ontem em Leme, onde policiais militares e trabalhadores rurais envolveram-se em violento choque, sob patrocínio do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores-CUT — presente à região exatamente com o objetivo de "consolidar-se como direção real das lutas dos camponeses e dos assalariados rurais, ao mesmo tempo em que procura imprimir uma perspectiva classista que aponte para a superação da sociedade capitalista"; conforme trecho de uma tese aprovada semana passada durante um encontro da CUT-ABC, realizado em São Bernardo do Campo e que será apreciada no II Congresso Nacional da CUT, no final deste mês no Rio de Janeiro.

Essa tese prega, ainda, ocupações de terras ociosas, organização de acampamentos como forma de pressão para a reforma agrária radical, luta pela coletivização das empresas rurais, propondo fórmulas de "luta pela terra" e revelando que a prioridade da CUT é mesmo a atuação no campo. Esse documento chegou a ser visto pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, como um "estímulo à violência".

A prioridade de agir no campo, no entanto, já foi eleita a mais tempo pelo PT e pela CUT e começou a ser colocada em prática antes de 84. Ambas as entidades, umbilicalmente ligadas, passaram a perceber que a "classe trabalhadora" estava mais organizada apenas nas grandes cidades e especialmente na região industrial do ABC paulista, onde os metalúrgicos lideravam sucessivas greves, com profundos reflexos em toda a economia nacional. Faltava o campo. Por isso, tanto o PT, como a CUT, com o apoio da Igreja, suas comissões eclesiais de base, Pastoral da Terra, passaram a coordenar a maioria dos acampamentos de trabalhadores sem terra e invasões de propriedades agrícolas, sobretudo no Sul do País.

Mas, o primeiro teste para mostrar força de organização no campo ocorreu em Guariba, na região canavieira de Ribeirão Preto, onde a CUT chegou a implantar uma representação regional com o objetivo de mobilizar os trabalhadores rurais da área, levando milhares de bóias-frias a uma greve que também acabou em violência no mês de janeiro de 85. Sob a liderança do ex-trabalhador rural José de Fátima da Silva, agora cabo eleitoral do deputado Paulo Maluf, o PT e a CUT, com a ajuda até de metalúrgicos do ABC, conseguiram interromper o trabalho de milhares de cortadores de cana-de-açúcar em Guariba e Sertãozinho, com a formação de piquetes bastante violentos: até ônibus de transporte intermunicipal foram depredados.

A exemplo do que aconteceu ontem em Leme, a Polícia Militar entrou em choque com os bóias-frias em Guariba, desfazendo os piquetes com o uso de bombas de gás e cassetetes. Nessa oportunidade, a polícia também espancou líderes do movimento dos canavieiros, entre eles o sindicalista Osvaldo Bargas, diretor da CUT-ABC, com larga experiência na condução das greves de metalúrgicos em São Bernardo do Campo. Apesar dos feridos, era a primeira tentativa efetiva de a CUT consolidar-se no campo, onde vinha perdendo muito espaço para sua rival sindical Conclat, atualmente sob a denominação de CGT — Central Geral dos Trabalhadores.

O campo, uma 'saída'

A partir daí, o tema "reforma agrária já" passou a fazer parte, com destaque, das "bandeiras de luta" da CUT, braço sindical do PT, intensificando-se agora, num momento em que o movimento sindical nas regiões industriais entrou em refluxo devido ao Plano Cruzado, que recebeu o apoio dos metalúrgicos do ABC, por exemplo, desgastando a atuação do PT e da CUT em seu mais tradicional campo de atuação.

Por essa razão, não foi surpresa o fato de o tema "questão agrária" ter sido o assunto mais discutido no congresso da Central Única dos Trabalhadores, realizado no final da semana passada, em São Bernardo do Campo. Na tese divulgada pela direção nacional da entidade, a CUT afirma que o governo da Nova República, fruto da aliança entre banqueiros, industriais, grandes comerciantes, empresários do meio rural e urbano e os latifundiários, "não precisa, não pretende e nem fará, por sua iniciativa, qualquer transformação na estrutura agrária do País", entendendo que a reforma agrária somente virá com "a luta dos trabalhadores".

E o documento explica: "Estas lutas podem corroer e colocar contra a parede o poder político dos latifundiários e questionar a organização de toda a sociedade, baseada na propriedade da terra, das fábricas, enfim, dos meios de produção. Se as classes dominantes não puderem conter esta luta através da repressão, ou através de negociações, acordos e promessas, não há outra saída a não ser ceder diante da força dos trabalhadores e realizar uma ampla distribuição de terras".

Antes de apontar as "prioridades da CUT no campo", o documento mostra que "apesar da expressão que tomou o movimento dos sem-terra, das várias e massivas ocupações e acampamentos realizados em vários Estados, da presença e da ação da CUT na organização e no apoio destas lutas, a força acumulada não conseguiu reverter este processo. O conjunto do movimento no campo necessita criar novas formas de luta que sejam mais eficazes. É preciso também que as lutas estejam melhor preparadas e organizadas..."

E as prioridades da CUT reveladas no documento são: 1) as lutas de resistência e conquista da terra; 2) as lutas dos assalariados do campo; 3) a luta pelo fim da violência contra os trabalhadores rurais; 4) a formação permanente nas lutas e no trabalho organizativo, de quadros dirigentes. Como "metas das lutas de conquista", a CUT propõe: A) construção de um movimento massivo e articulado nacionalmente pela conquista da terra; B) a realização de ocupações organizadas, capazes de resistir ao processo de desgaste que o governo tenta impor; C) a conquista dos sindicatos nas áreas de ocupações; D) a construção de direções representativas e coletivas em cada uma das ocupações; E) instaurar a discussão nas áreas já conquistadas e junto aos trabalhadores que se estão organizando sobre as formas coletivas de apropriação da terra, de trabalho, de comercialização e consumo.

E eis suas "propostas nas lutas de conquista": ocupações de terras ociosas e mal aproveitadas, sejam elas públicas ou particulares, de empresas nacionais ou multinacionais; a terra ocupada não deve ser paga. Não se paga para ter de volta aquilo que nos foi tomado. Terra não se ganha, não se compra. Se conquista: a terra ocupada deve ser de todos. A posse ou propriedade deve ser coletiva. Ninguém pode vendê-la do comprá-la.

E no documento da CUT há, inclusive, um item que se ocupa unicamente da "luta dos assalariados no campo" e as principais metas da entidade são: conquista dos principais sindicatos em áreas de assalariados, unificação das campanhas salariais no Nordeste e Sudeste; e ampliação dos assalariados nas direções da CUT; implantação da CUT no seio dos assalariados rurais. Finalmente, a "proposta geral de luta dos assalariados" objetiva "propagandar a luta pela coletivização das empresas rurais, visando criar raízes de uma nova ordem econômica, política e social, como meta geral de luta de todos os trabalhadores".